

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME  
(ORGANIZADOR)**



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO  
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO  
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS 2**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Posaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-57-7

DOI 10.22533/at.ed.577201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ESTRESSE EM ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE: UM ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO	
Thaís Cristina Gutstein Graciane Barboza da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019031</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
EXPERIMENTAÇÃO NO ENSINO DE POLÍMEROS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PIBIC-EM	
Mary Leiva de Faria Fernanda Cenci Queiroz Vitor Senna Silvério Ítalo de Barros Rodrigues Patrícia Ribeiro Mattar Damiance	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019032</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
HISTOLOGIA AO ALCANCE DAS MÃOS (PELE E SEUS ANEXOS)	
Fátima Cristina De-Lazari Manente Balestieri Tatiane Zaratini Teixeira Mônica Maria Bueno de Moraes Joseana Stecca Farezim Knapp Milena de Araújo Fróio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019033</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS EDUCATIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA	
Lidnei Ventura Roselaine Ripa Klalter Bez Fontana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019034</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
SUPERVISÃO EDUCACIONAL NO GRAU SUPERIOR – NECESSIDADE EMERGENTE	
Adelcio Machado dos Santos Audete Alves dos Santos Caetano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019035</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
TESTES DE PERSONALIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO NA SALA DE AULA E NAS ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO PARA APOIAR O ENSINO E APRENDIZAGEM EM ENGENHARIA: UM RELATO DE CASO	
Luís Carlos Passarini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5772019036</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 66**

UM OLHAR PARA AS PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE LETRAMENTO  
PROBABILÍSTICO DE 2007 A 2018

Paulo César Oliveira  
Sandra Aparecida de Oliveira Coelho Paim  
Leandro Aparecido Alves Custódio  
Ricardo Campanha Almagro

**DOI 10.22533/at.ed.5772019037**

**CAPÍTULO 8 ..... 79**

UNIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE: OS ALUNOS HISPANO-AMERICANOS  
NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFPA

Débora Alfaia da Cunha  
Fernanda Costa da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.5772019038**

**CAPÍTULO 9 ..... 93**

USO DE JOGO DIDÁTICO PARA O LEVANTAMENTO DE CONHECIMENTOS  
PRÉVIOS SOBRE CONCEITOS QUÍMICOS

Murilo Alexandre Garcia Silva  
Danielle das Chagas Santos  
Sergio Antonio Marques de Lima  
Gustavo Bizarria Gibin

**DOI 10.22533/at.ed.5772019039**

**CAPÍTULO 10 ..... 105**

USO DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE HABILIDADES SOCIAIS,  
COMPORTAMENTOS E CONTEXTOS PARA UNIVERSITÁRIOS (QHC-  
UNIVERSITÁRIOS)

Sérgio Caetano da Silva Junior  
Sandra Regina Gimenez-Paschoal

**DOI 10.22533/at.ed.57720190310**

**CAPÍTULO 11 ..... 111**

UTILIZAÇÃO DO CLASSIFICADOR DE TEMPERAMENTOS E TIPOS DE KEIRSEY  
NA ORGANIZAÇÃO, DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO DE GRUPOS DE  
ESTUDANTES DE MEDICINA

Luís Carlos Passarini

**DOI 10.22533/at.ed.57720190311**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**CAPÍTULO 12 ..... 121**

A CRIATIVIDADE E AS POTENCIALIDADES DA PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES – O FAZER ARTÍSTICO

Márcia Aparecida Barbosa Vianna

**DOI 10.22533/at.ed.57720190312**



<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>128</b>
A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE NO BRASIL: UM PROCESSO EM DISCUSSÃO	
Daniela dos Santos Landazuri Mara Lúcia Ramalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>143</b>
A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA PRESENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
Sofia Domingues Carvalhaes Carolina de Souza Oliveira Marina Battistetti Festozo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
AS NARRATIVAS COMO FORMA DE RESSIGNIFICAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL	
Fernanda de Jesus Santos Brito Monique Karine Gomes Luciana Haddad Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190315</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>163</b>
MUSICALIZANDO A INFÂNCIA: EXPERIÊNCIAS MUSICAIS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE PEDAGOGIA	
Rosyane de Moraes Martins Dutra Gilcyane Farias Reis Giulia Maria Carvalho Guimarães Rayane Costa Viegas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>169</b>
O EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO EM CRECHE COM CRIANÇAS PEQUENAS E A PRÁTICA PROFISSIONAL	
Sandra Mara Gonçalves Valença Mara Quaglio Chirelli Silvia Franco da Rocha Tonhom	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE ENSINO (PAE) NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO FORMATIVA	
Mônica Mitsue Nakano Rosângela Andrade Aukar de Camargo Marlene Fagundes Carvalho Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190318</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>181</b>
A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL DO ORIENTADOR DE ESTUDO	
Givaédina Moreira de Souza	
Ana Maria Porto Nascimento	
Ilvanete dos Santos de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>189</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: ESTUDO SOBRE AS NECESSIDADES FORMATIVAS NAS PRODUÇÕES PUBLICADAS NO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES	
Jorge Luis Santana Ludovice	
Luiz Anselmo Menezes Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>201</b>
O ENSINO DE FÍSICA E A DISCIPLINA DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA	
Cesar Vanderlei Deimling	
Natália N. Macedo Deimling	
Roseli Constantino Schwerz	
Adriana da Silva Fontes	
Jaqueline Jora de Vargas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57720190321</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>210</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>211</b>

## SUPERVISÃO EDUCACIONAL NO GRAU SUPERIOR – NECESSIDADE EMERGENTE

Data de aceite: 11/03/2020

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisador e orientador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp.

E-mail: adelciomachado@gmail.com.

### **Audete Alves dos Santos Caetano**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Gestora da Escola Municipal de Educação Básica Serafina Fontana Bonet, em Timbó Grande (SC).

**RESUMO:** O histórico da supervisão no Brasil já foi efetivado por muitos profissionais e pesquisadores da área específica ou ligados à educação. A supervisão estabelece elos humanos que levam o propósito de renovação da cápsula do ensino até as salas de aula, junto aos professores e alunos e, desta maneira, os supervisores têm por desígnio se formar nos profissionais capacitados que envidam e coordenam os esforços e as atividades desenvolvidas, bem como encaminham o magistério na direção pelos novos objetivos. Destarte, devido a tantos problemas encontrados

nas instituições educacionais, faz-se mister a assistência direta e indireta ao corpo docente. Esta conjuntura demanda a presença ativa da supervisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supervisão educacional. Educação superior. Necessidade.

### **1 | INTRODUÇÃO**

Refletir sobre a trajetória da supervisão pedagógica expõe para uma localização histórica onde, de modo ainda atual, ela fez parte do cotidiano escolar. Configura-se plausível que uma das alternativas apropriadas de a compreender seja a recuperação da memória dos que a vivenciaram diretamente, anotando fatos e experiências. A supervisão consiste na orientação de aprendizagem, necessitando relacionar-se com o corpo docente. A supervisão opera não somente com as técnicas de ensino, mas com o conteúdo das matérias do currículo e ensino. Trata de métodos e técnicas. Por conseguinte, a supervisão educacional, e não mais apenas escolar, mostra eficácia em outra etapa da escolarização, mormente seus conceitos, definições, finalidades, objetivos e importâncias.

Ademais disso, configurou-se o ensejo da supervisão desempenhar relevante papel

diante de situações encontradas na educação superior moderna. Enfim, mostra a importância de uma supervisão educacional na educação superior, devido a alguns problemas que surgem dentro de uma universidade. Demais, a qualidade de ensino demanda esta supervisão. No Brasil, desde o seu nascimento, a supervisão constitui elemento complementar do procedimento educacional, bem como a evolução de suas percepções e de seus conceitos, de acordo com as diferentes atitudes axiológicas de vários autores e instituições, já foi efetivado por muitos pesquisadores da área específica, ou, mais genericamente, ligados à educação.

Igualmente, em consonância com Silva (1987, pág. 37), “a supervisão é equacionada em suas relações, objetivando configurar sua função ou configurá-la como função, desde suas origens. Dessa forma, pode-se afirmar, primeiramente, que a supervisão se delinea a partir do momento em que se estabelece as relações entre o homem e o trabalho”. Reputa-se que supervisão surgiu na rede pública e nas instituições de formação de professores, em relação à exigência de aperfeiçoamento do magistério durante seu período profissional e para melhor treinamento, antes de entrar nas fileiras do ensino. Nasceu, contudo, como aparece a maior parte dos fatos que entram no campo educacional, na base de ideias e teorias gerais. Gradualmente, o trabalho de supervisão se foi tornando mais específico, e menos geral, até, presentemente, exibir-se definido, realizando a interface do ensino e da administração.

## 2 | DE SUPERVISÃO ESCOLAR À SUPERVISÃO EDUCACIONAL

Para Spears apud Przybylski (1976, p. 14), “Supervisão é um processo de efetuar o aprimoramento do ensino através do trabalho com pessoas que estão lidando com alunos (...) é um processo de estimulação do crescimento e uma maneira de ajudar os professores a se ajudarem a si mesmos”. De acordo com Silva Júnior (1984, p. 25) “supervisão escolar significa, pois, controle da vida escolar. Controle das atividades das organizações escolares e controle, principalmente, das ações praticadas pelos membros dessas organizações, em especial, os professores”. De acordo com a preleção de Alves e Garcia (1994, p. 57), “O trabalho de supervisão educacional não era desenvolvido a partir da realidade de cada unidade escolar: buscava-se operacionalizar as ordens emanadas do nível central do sistema de supervisão educacional, representado pela assessoria de supervisão educacional”.

Já para Hicks apud Nérici (1986, p. 26) “A supervisão escolar deve ser entendida como orientação profissional e assistência dada por pessoas competentes em matéria de educação, quando e onde forem necessárias, visando ao aprendizado da situação total ensino-aprendizagem”. Em epítome, a supervisão consiste na orientação de aprendizagem, precisando relacionar-se como tirocínio. A supervisão trabalha não somente com as técnicas de ensino, mas com o conteúdo das matérias

do currículo e ensino. Trata de métodos afrontados tanto como técnicas, como formas de disciplina. Ademias disso, a supervisão constitui mister essencial e significativo, uma vez que é responsável pela eficiência, unidade e racionalidade dos trabalhos exercidos pelos docentes.

Incumbe-lhe organizar e programar tarefas, que são efetuadas, tanto pelos professores, como pelo próprio supervisor; de distribuir lideranças, no sentido de instituir responsabilidades para que o trabalho aconteça de maneira organizada; de integrar esforços com vistas à obtenção de seus objetivos; de orientar e controlar os supervisionados, a fim de conseguirem o rendimento esperado, como também de observar e analisar o desempenho dos mesmos (ARISTON e PORTO, 1979). O paradigma tradicional preocupava-se com um elemento do processo ensino-aprendizagem e sintetizava-se num serviço autocrático, crítico e corretivo. Empregava-se da fiscalização direta para descobrir o despreparo do docente, de tal modo a não execução às disposições legais.

Já a supervisão moderna é mais abrangente, pois envolve determinados elementos do processo ensino-aprendizagem e norteia-se na estruturação de objetivos. É uma função cooperativa, planejada e organizada, fundamentada em princípios filosóficos, científicos e sociais, que procura soluções para problemas educacionais. O desígnio da supervisão escolar é certificar a execução da filosofia e política educacionais vigentes; resguardar a unidade essencial ao sistema de cursos e demais programações em seus aspectos técnico-pedagógicos; solicitar o constante aperfeiçoamento do ensino que é fornecido na escola, com base na adequação da metodologia empregada e instituir uma atmosfera favorável ao processo educacional, pela promoção de um trabalho cooperativo que envolve todos os componentes da equipe que dela participa.

A teoria da supervisão e o desempenho dos supervisores nos diferentes níveis, alguns persuadidos do papel fiscalizador, outros sustentados na eficiência da metodologia e dos saberes científicos, produziram um discurso situado na mudança, mas revelaram uma face fundamentalmente conservadora (SILVA JUNIOR e RANGEL, 1999).

Ademais disso, a supervisão representa todos os esforços de funcionários escolares, cuja finalidade é beneficiar o desempenho dos professores e outros profissionais no melhoramento da educação, abrangendo estímulo ao progresso profissional e ao desenvolvimento de professores, seleção e revisão dos objetivos da educação, dos materiais e métodos de ensino, bem como a avaliação da instrução. A supervisão é enfrentada sob outra abordagem, sublinhando a liderança, libertando energias e estimulando a criatividade tanto em problemas individuais como naqueles que envolvem um grupo de professores. A supervisão se identifica com os objetivos da escola, colimando, basilarmente, a formação integral do educando e o provimento

das necessidades sociais. Assim, as fundamentais características para que a supervisão escolar funcione positivamente é a cooperativa, integrante, científica, flexível e permanente.

Para concretizar-se, a supervisão escolar precisa de determinado número de instrumentos capazes de registrar as fases do processo de planejamento, de acompanhamento e avaliação, tanto do ensino como da ação dos professores e da eficácia das programações como um todo. A supervisão preocupa-se com a qualidade da aprendizagem e, para isso, desenvolve o aperfeiçoamento de currículo e do corpo docente. A supervisão escolar supõe a supervisão da escola nos serviços administrativos, de funcionamento geral, como também os pedagógicos. Nesse sentido, ressaltam-se ações semelhantes às de direção, permanecendo, assim, pouco identificada à especificidade da função com referência ao ensino (FERREIRA, 2002).

As técnicas empregadas em supervisão, aplicada, independentemente ou de maneira integrada, podem ser classificadas em técnicas indiretas e técnicas diretas. As técnicas indiretas são aquelas que ministram dados de estudo para a supervisão escolar, contudo não são dados recolhidos diretamente da observação do processo ensino-aprendizagem ou do contato com as pessoas envolvidas no mesmo. Já as técnicas diretas são aquelas que fornecem dados de estudo, coletados diretamente em trabalhos que estejam sendo desempenhados. A supervisão escolar dá importância máxima à qualidade da aprendizagem, apontando, por isso, ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do currículo e ao aperfeiçoamento geral do ensino. O trabalho da supervisão escolar pode ser beneficiado ou prejudicado pela administração. Se esta aceitar plenamente a ação da supervisão, estará garantida a possibilidade de desempenho eficiente da supervisão. Caso contrário, esse desempenho será muito prejudicado.

Os procedimentos operacionais da supervisão escolar podem classificar-se em métodos e técnicas. Os métodos de supervisão escolar são mais extensos, outorgando sentido de unidade à ação supervisora; outrossim, na sua aplicação, podem valer-se, em casos particulares, da cooperação de todas as técnicas. Em contrapartida, as técnicas de supervisão escolar, por sua vez, designam-se a casos particulares da supervisão e podem, todas elas, se agregar a quaisquer métodos. Por conseguinte, a supervisão constitui faina científica. À semelhança de todo o know how, ela constitui fórmula de desempenhar função integrante de um sistema, no caso o educacional.

O mister da supervisão releva, precipuamente, na consecução de melhor qualidade na prestação de serviços educacionais, desde as instâncias mais amplas e abrangentes até a atividade basilar da hora/aula (ANDRADE, 1982). A supervisão precisa de todas as entidades da escola, especialmente da administração e da

orientação educacional. O labor da supervisão pode ser beneficiado ou prejudicado pela gestão da escola. Se esta aceitar plenamente sua práxis, o trabalho poderá obter uma maior eficiência. Portanto, supervisão e administração precisam se complementar. O caso mais corriqueiro da supervisão de sistemas escolares reside em que os supervisores surgem como membros de *staff*, por conseguinte de assessoramento, não tendo, por esse motivo, autoridade legal. Recebem, eventualmente, autoridade delegada para desempenharem certa atividade junto às direções ou corpo docente das escolas.

De outro vértice, para Ferreira (2002, pág. 76) “A supervisão educacional situa, mais amplamente, no que diz respeito às questões e serviços da educação, a ação supervisora. O educacional, portanto, extrapola as atividades da escola para alcançar, em nível macro, os aspectos estruturais, sistêmicos, da educação”. A supervisão educacional tem sido elemento de debates e críticas nos últimos anos, especialmente quando se analisa a situação do ensino em geral, os inúmeros fracassos e as frustradas tentativas de mudanças. A mesma encontra seus fundamentos nas ciências da educação e nas ciências sociais que esclarecem a criação e o desenvolvimento dos grupos organizados socialmente para desempenhar funções ou atividades consideradas desejáveis.

No entanto, independentemente de formação específica em uma habilitação no Curso de Graduação em Pedagogia, a supervisão educacional estabelece-se num trabalho escolar que tem o compromisso de certificar a qualidade do ensino, da educação, da formação humana. Seu compromisso implica segurança quanto à qualidade da formação humana, encargo das organizações escolares. A supervisão precisa colimar as diversas circunstâncias do trabalho escolar. Nas diferentes modalidades de desempenho, ela precisa sempre identificar as dificuldades, ajudando os professores a vencer certas dificuldades por meio de sugestões de procedimentos apropriados. Para atender a qualquer diversidade de situações, a supervisão pode adquirir diferentes formas.

A literatura crítica atual a respeito da supervisão e contato com grupos que operam na área admite estabelecer uma tentativa de caminhar rumo a uma supervisão que se liberte decididamente das tradicionais amarras da inspeção. No entanto, uma percepção mais global da supervisão educacional brasileira ainda mostra, em sua prática, em maior ou menor grau, um tom individualista, fiscalizador, autoritário e com grande enfoque na tecnocracia pedagógica (D’ANTOLA, 1983). A supervisão escolar precisa preocupar-se pelo bom funcionamento do todo escolar, almejando o satisfatório desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Ademais disso, é necessário analisar que a supervisão escolar precisa agir, o mais possível, junto ao corpo docente, de quem vai depender, em última análise, a qualidade do ensino. O trabalho da supervisão escolar, para efetivamente ser

útil, deve desenvolver-se não de modo impositivo, mas de modo democrática, envolvendo todos os responsáveis pelo processo educativo. A supervisão exerce responsabilidades importantes em favorecer o relacionamento da escola com o seu ambiente social imediato. Estabelecida num ponto de encontro da estrutura formal com a informal, ela toma uma posição excepcional para unir a organização com as forças que a apreendem surgidas de fora e que se manifestam interiormente por meio de elementos humanos por ela incorporados.

Igualmente, todo trabalho da supervisão escolar tende, em última instância, ao educando, mas, de maneira indireta, por meio do professor. O princípio é de que quanto melhor trabalhar o professor, mais perfeito serão os resultados do processo ensino-aprendizagem. Deste modo, a supervisão escolar tende a lapidar a performance do docente e, por corolário, aperfeiçoa o fenômeno do ensino-aprendizagem, que vai refletir-se diretamente no comportamento do educando. À supervisão atribui-se o zelo na atuação da escola, objetivando que o desempenho desta seja constantemente aprimorada e os bons resultados sejam garantidos de modo objetivo e científico. A supervisão necessita partir do pressuposto de que vai trabalhar com professores de capacidade média e com eles consertar planos que levem a bom termo o processo ensino-aprendizagem, corrigindo possíveis equívocos e aprimorando a atuação, em vista de dados concretos recolhidos da observação do desenvolvimento mesmo do ensino.

O trabalho da supervisão é um desempenho de grupo que ocorre com os professores e outros setores da escola, principalmente o de orientação educacional. Por ser coletivo, o trabalho demanda o exercício constante do pensar, do descobrir e do saber a maneira de progredir nas ações e também o de recuar. Esse trabalho requer estudo, dedicação e se constrói no fazer diário da escola, o que admite olhá-lo de várias maneiras. Em resumo, caracteriza-se como um trabalho administrativo-burocrático que transcende o conhecimento puro e simples da sala de aula.

A supervisão pode colaborar, por meio do incentivo e implementação de estudos e projetos, para a educação de limites, com distinta atenção aos limites éticos. Essa educação pode se desempenhar, seja no ensino-aprendizagem dos alunos, seja em informações, seja em orientações e diálogo com os pais (GRINSPUN, 2003). Como responsável pela qualidade do processo de humanização do homem por meio da educação, a supervisão educacional firma outros compromissos que excedem as especificidades do espaço escolar, sem dele descurar.

Afirma-se nele, enquanto espaço de fazer o mundo mais humano por meio do trabalho pedagógico de qualidade, garantindo conteúdos emancipatórios trabalhados com toda a profundidade em toda sua complexidade e contraditoriedade, mas compromete-se com a administração da educação que concretiza as direções delineadas pelas políticas educacionais e ainda com as políticas públicas que as



dirigem. Um supervisor é um profissional cuja experiência é mais extensa que a dos supervisionados, que engaja essa experiência a serviço do bem comum. Não é um mero fiscal, cuja presença serve como recurso policial e repressivo, mas é um estimulador da ação e articulador da colaboração (CASALS, 1979). O seu exercício funcional demanda visão abrangente do processo ensino-aprendizagem e do contexto onde esse processo está inserido acompanhando, direcionando e aprimorando o trabalho dos seus supervisionados.

Para Soares *apud* Nérici (1986, p. 56) “O supervisor não fiscaliza, não inspeciona. O supervisor dirige o professor através de sua ação cooperativa. Ele se insere no processo não por necessidade de fiscalizar, de inspecionar, mas como componente indispensável, competente para acompanhar, para ajudar”. As atribuições do supervisor são esquematizar as atividades de ensino a serem desenvolvidas nas escolas sob sua jurisdição; adequar os programas segundo as necessidades existentes nas escolas; elaborar as instruções metodológicas, juntamente com os professores das respectivas disciplinas, com o desenvolvimento das unidades a serem instruídas em cada período letivo, tendo em vista a articulação de disciplinas e a objetividade do ensino e ter ação sistemática a respeito dos professores, no sentido de conduzi-los a substituírem métodos tradicionais por processos ativos e modernos.

O supervisor escolar precisa ter uma sólida concepção pedagógica e filosófica, para poder dar um sentido preciso, positivo e consciente à ação da escola, para que esta realmente cumpra aos seus desígnios, bem como poder dar um sentido convergente e associado no atendimento às transformações sociais e no emprego das novidades tecnológicas, para que o esforço educacional não perca em aspectos secundários ou que não se tome o acidental pelo essencial e, especialmente, para que os meios não sejam confundidos com os fins.

A figura do supervisor surge como os elementos de intermediação associada à idéia de mudança, apreendida, algumas vezes, pelo conceito de mera aplicação de novas propostas curriculares amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais. Em cômsona com o magistério dado a lume por Muramoto (1991, pág. 90) “O supervisor de ensino, no sistema estadual, deve supervisionar a escola como um todo, o que equivale a dizer que supervisiona o trabalho dos diretores de escola”. O supervisor escolar, por imediato, é um especialista que precisará ter uma visão do sistema escolar como um todo.

Além disso, precisa ter conhecimento da situação em que se efetiva o processo ensino-aprendizagem e conheça as condições materiais do ensino e da maneira de operar das pessoas envolvidas no processo. Destarte, o supervisor tem, como os demais, o conhecimento da educação, da escola, dos professores, dos alunos, tendo a especificidade de sua área para colaborar para a melhor organização e dinâmica

da escola onde operam por meio de relações significativas professor-aluno.

Atendendo, pois, a esta multiplicidade de ações que acontecem na escola e na rede de conhecimentos que se desempenham na escola cujo fundamental ator é o aluno. O supervisor faz parte da organização, qualquer que seja a posição ou o papel que nela tenha a exercer. Quer como assessor, agregando o estado-maior da organização, ou como um elemento de linha, responsável por um departamento do sistema ou unidade escolar.

Suas atribuições, responsabilidades e autoridade podem modificar de intensidade, contudo, são uma constante da atividade supervisora em qualquer estrutura organizacional (PRZYBYLSKI, 1976). Para Smith apud Przybylski (1976, p. 44), “O supervisor tem um papel-chave para que o trabalho na organização seja realizado satisfatoriamente. Suas atribuições são no sentido de oportunizar a realização dos planos de modo que se alcance o melhor rendimento”. Outrossim, o supervisor, elemento de linha na estrutura, usufrui determinadas vantagens no desenvolvimento de suas atividades, como a autoridade para fazer com que sejam ressaltadas as sugestões apresentadas, mas, também, encontra determinadas limitações que prejudicam seu trabalho, como o retraimento do professor por estar tratando com um superior.

Situações semelhantes acontecem com o supervisor como um membro do staff, pois, se aí a ausência de autoridade o aproxima mais do corpo docente, ela também pode prejudicar-lhe toda uma programação, pela impossibilidade de ordenar o desempenho de acordo com o que foi planejado. Apenas em quadro de referência político-pedagógico mais amplo, o supervisor educacional poderá se colocar como um supervisor-educador. Continuando dentro de uma análise e atuação limitada à escola, suas ações conduzirão os valores de uma educação reduzida ao mundo escolar separado e dividido, expressando a concepção liberal de mundo e de educação, a serviço da sociedade capitalista (NOGUEIRA, 2000).

No entanto, o supervisor, ao caminhar no cotidiano da sua práxis educativa, em sua trajetória de educador alcança a totalidade da estrutura educativa, exercendo função técnica e, entretanto, função política. Ao principiar sua militância funcional, é essencial ao supervisor compreender e ultrapassar a percepção reprodutora da escola, visualizando situá-la no contexto de uma nova sociedade. A partir de tal premissa, compreende as possibilidades de transformação, da qual ele é agente pela condição de supervisor-educador. Contudo, não se olvide de que, em consonância com o magistério de Cuberley apud Nérici (1986, p. 44), “A função do supervisor é diagnosticar a necessidade, oferecer sugestões e ajuda, e não observar com espírito de crítica o que o professor faz ou deixa de fazer”. A sua função, no contexto histórico brasileiro é, e sempre foi, basicamente político, e não operacional, como tem sido conduzida. Ainda quando ela se apresenta com a roupagem da técnica, está

cumprindo, essencialmente, uma função política, porque sua ação pode viabilizar exercício de adoção de decisões, embora, por vezes, inconscientemente.

Os supervisores não ficam à margem dos processos de transformação cultural e organizações que estão sendo produzidos no sistema educacional, que redefinem o sentido público da escola. De outro modo, certas facetas centrais acopladas ao exercício da supervisão ficam eliminados da agenda de discussão instalada, que enfoca sua atenção nos docentes, nas instituições e nos resultados. Destarte, Medina (1995, p. 109) afirma que “para os supervisores, os encontros espontâneos ou repentinos são mais importantes do que as reuniões informais, pois permitem perceber o professor como pessoa inteira e menos defensivo no sentido de poder interagir de forma mais verdadeira”. A supervisão educacional necessita a construção dos elos humanos que levem o propósito de renovação da cápsula do ensino até as salas de aula, junto aos professores e alunos. Os supervisores precisarão, deste modo, se estabelecer nos profissionais capacitados que articulem e coordenem os esforços e as atividades desenvolvidas e orientem o magistério na direção pelos novos objetivos.

A competência a ser fornecida pelos supervisores, em qualquer nível que operem, precisa se destacar primeiro na sua capacidade de visualizar claramente qual pode e deve ser o papel da supervisão desempenhada por um educador. Essa competência compartilhada necessita, em cada momento e espaço, assumir, na ação, a dimensão técnica e o compromisso político do saber-fazer. Para Medina, o supervisor lidera, dinamiza, planeja e melhora o ensino-aprendizagem por meio de metodologias específicas e técnicas apropriadas. Essas expressões foram regadas por palavras como assessorar, acompanhar, auxiliar, sendo estas, cristalizadas no discurso teórico da ação supervisora, sofreu natural declínio pela repetição automática, derrubando-se assim de seu verdadeiro significado (MEDINA, 1995). Fazendo parceria com o supervisor, o diretor delega a função de burocrata ao supervisor. Por isso, na opinião dos professores, o trabalho do supervisor é o participar da equipe diretiva com função de representante dos professores junto à direção. Os professores vislumbram no supervisor um mediador, um elo. entre o corpo docente e o diretor (MEDINA, 2002).

Em última análise, a *performance* do supervisor se efetua em dois polos: positivo e negativo. É no polo da positividade que se descobrem às atividades diretas e indiretas consideradas acentuadas para os professores, alunos e equipe diretiva. Faz parte também do desempenho do supervisor sua aptidão de relacionar-se com os alunos e sua capacidade para auxiliar na superação das dificuldades de relacionamento que acontecem entre professores e alunos.

A formação do supervisor se dá voltada para o desenvolvimento de uma concepção de supervisão escolar funcionalista, concepção que compreende a escola

de maneira passiva, na qual qualquer transformação é vista como um desequilíbrio no estado homeostático, negando-se, assim, o caráter dinâmico e evolutivo da instituição-escola e da sociedade (MEDEIROS *apud* RANGEL, 2001).

O supervisor educacional poderá conduzir a sua prática de maneira que gere manancial de esperanças. Por sua consciência, poderá evitar que se mistifiquem os conceitos e as próprias esperanças que sua práxis possa ensejar. Por sua competência poderá localizar as grandes questões do cotidiano do ensino que precisam ser o objeto da preocupação conjunta de todos os educadores. Por sua eficácia poderá, ainda, produzir os meios fundamentais ao encaminhamento das soluções dos problemas que sejam efetivamente relacionados ao sistema escolar. Por tudo isso, converte-se em profissional necessário, artífice e símbolo de uma prática educacional em que o técnico e o político se estabelecem no serviço da transformação. A ação supervisor promove o desenvolvimento da labuta do docente em sala de aula. Os professores também acentuam o empenho do supervisor em transformar os conselhos de classe em momentos produtivos de avaliação. Assumir a supervisão para articular a formação de professores em serviço, em perspectiva emancipatória, demanda compreensão muito clara das relações de poder que se acomodam na organização educacional e do projeto pedagógico que se pode fazer. A fundamental chave emana das relações sujeito-objeto mediante novas bases, diferentes das que figuraram no espaço tradicional da escola.

O supervisor, muitas vezes, presumindo-se sujeito, olhava, todavia, os professores como objetos das ações por ele controladas ou até estimuladas. Seguramente a mesma equação ocorria na prática de sala de aula entre o professor e o aluno (FERREIRA e AGUIAR, 2002). Não existe um planejamento padrão para a ação supervisora, porquanto cada caso de ensino é diferente da outra. Existem sim, objetivos gerais que são comuns a todo e qualquer ato educativo e incidem em vastas formulações de fins e valores alcançáveis, em um largo período de tempo. Esses, juntamente com os objetivos específicos, sugerem os caminhos que precisam ser seguidos.

A educação superior brasileira ainda guarda, em suas raízes, a função inicial de arquivar e divulgar a cultura existente e de retratar a cultura nacional, além de desenvolver estudos experimentais e tecnológicos. Entende-se por estes estudos sua práxis e experimentação, bem como o emprego de modernos equipamentos e estratégias avançadas em trabalhos teóricos e de campo.

Com mutações sociais, posto que encarregada da faina de divulgar a cultura e retratar as características da sociedade brasileira, a universidade passa a usar mais estudos e métodos novos, dentre eles, princípios científicos de pesquisa. A educação superior, em seus cometimentos, visa, mormente, ao ensino, à pesquisa e à extensão preparando, profissionalmente, o indivíduo para as necessidades comunitárias. As

instituições de educação superior exibem características próprias, decorrentes das comunidades onde se encontram, das pessoas a elas atreladas, da época a que pertencem, das contingências nacionais, regionais e locais que as submergem e da aptidão de cada um desses fatores relacionarem-se com os demais (GRECO, 2002).

Entretanto, forma, tempo, lugar, pessoal, propostas e circunstâncias têm de se compor dentro da vocação específica da instituição, pois somente a partir dela é que se pode pensar em desempenho dentro de uma proposta que contemple, ao mesmo tempo, a universidade do conhecimento e construir uma universidade. Na década de 90, verificou-se a expansão dos mestrados e doutorados, como na de 80 aconteceu com a especialização, na de 70 com o nível superior, na de 60 com o colegial, na de 50 com o ginasial e, nos anos 40, com o curso primário. Cada dez anos acontece a expansão de um nível de ensino, como a dos anos 70, em que irreprimível expansão de demanda levou à expansão do nível superior, com a conseqüente criação de novas conjunturas, nem sempre antevistas (GRECO, 2002).

Em que pese a longa discussão, em suma, algumas as instituições de educação superior, apresentam dificuldades operacionais (CARVALHO *apud* ARISTON e PORTO, 1979). À guisa de exemplo, um dos percalços da educação superior reside na disparidade do currículo, isto é, a inadequação deste às exigências da realidade brasileira, impedindo o alcance dos objetivos escolares. Outra mazela, acentuadamente verificado, reside na carência de segmento encarregado de prestar assistência ao corpo docente, que lhe forneça, mormente, os recursos didáticos, fundamentais para eficaz execução de suas atividades. Ademais, o desaprestamento de grande parte do aluno é um problema de grande ocorrência, trazendo-lhe dificuldades em seguir o curso, pelo alto índice de reprovação. Desta maneira, devido a tantos problemas encontrados na educação superior, é necessária uma assistência direta e indireta ao corpo docente.

De acordo com Lopes (1999, p. 250) “o art. 64 diz que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional” Na educação superior operam-se atividades de supervisão executadas pelo Ministério da Educação. O busíles consiste em que as atividades de supervisão são efetuadas apenas *externa corporis* Uma alternativa de solução para os problemas pedagógicos reside a preparação de um manual de supervisão educacional para o educação superior. Esta inferência emana da supervisão visar ao acompanhamento, assessoria e controle do processo educativo e a tecnologia da educação auxiliar nesta tarefa, no que se menciona ao planejamento, implementação e avaliação do ensino, usando recursos materiais e humanos, de maneira que o processo ensino-aprendizagem se torne mais efetivo.

Deste modo, o manual pode fornecer auxílios úteis para o acompanhamento, orientação e articulação ao docente da educação superior (ARISTON e PORTO, 1979).

Em suma, para suplantar tais óbices, urge projetar a implementação de Setor de Supervisão na Educação Superior – SSES. Como cada instituição dispõe de estrutura própria, a implementação desse SSES precisa ser de acordo com a mesma, devendo, contudo, constar do estatuto. Convém destacar que esse setor precisa funcionar dentro da própria instituição educativa, em labor coletivo com os demais segmentos da mesma.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A supervisão, congregada à ênfase nas facetas científica e metodológica, levanta questões quanto à sua função. Ainda quando a supervisão se depara sob a roupagem da técnica ela está desempenhando uma função política, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente. A realidade tem demonstrado a importância que vem sendo atribuída, nos meios políticos, econômicos educacionais e legais, à formação do supervisor educacional, bem como ao seu desempenho, como especialista responsável pela qualidade da educação.

Os supervisores educacionais têm a grande responsabilidade de orientar e acompanhar o desenvolvimento do ensino, desde o planejamento até a avaliação, para a consecução das metas educacionais, nomeadamente a eficácia do tirocínio. Ora, ampliar a supervisão para a educação superior implica inquirir, responder, reputar, perder, desejar, expulsar, encontrar, esquecer.

Por fim, problematizar a ação supervisora, mencionando um movimento no qual os eixos – aluno, professor e supervisor – incorporam e auxiliam o mesmo ato que é o ensinar e aprender ou aprender e ensinar. Os supervisores educacionais estabelecem vasta e controvertida categoria profissional. Espalhados por todo o território nacional, exercem funções bastante diversas que refletem em sua própria diversidade as flutuações conceituais e as diferentes posições políticas subjacentes à sua militância profissional. As capacitações possíveis na recente estrutura do Curso de Graduação em Pedagogia são inúmeras.

Todavia, sabe-se de que as maneiras dominantes e generalizadas são em número de três, isto é, administração, supervisão e orientação. A que se caracteriza por maior elasticidade de sentido é a supervisão. Entretanto, vale exaltar que a Lei nº 9.304, de (LDB), autoriza a formação do supervisor, igualmente, no âmbito da pós-graduação. Em certos casos, concebe-se e organiza-se a supervisão educacional com o caráter de orientação pedagógica, apontando auxiliar o professor

no desenvolvimento de um tipo de ensino que garanta o bom rendimento do aluno. Com isso ela se aproxima da orientação educacional cuja razão de ser é justamente o êxito do aluno. Em outros casos, a supervisão admite o caráter de inspeção educacional, com o que se aproxima da administração.

O tema supervisão da educação é basicamente político. A supervisão é uma função potencialmente capaz de contribuir para a obtenção de resultados da ação escolar condizentes com os interesses e as necessidades das camadas dominadas da população. O supervisor escolar é o especialista em torno do qual se emprega o foco fundamental da polêmica a respeito da especialização em educação. Ainda que as propostas e os modelos existentes relutem quase sempre em admitir, a supervisão da educação caracteriza-se essencialmente como uma tentativa de desempenhar alguma espécie de controle a respeito das diferentes instâncias e circunstâncias em que o processo educacional se desenvolve.

Ademais disso, os supervisores colocam-se efetivamente em posição especial no interior do sistema escolar, uma vez que se convertem no instrumento de contato dos foros privilegiados do sistema, nos quais as decisões são adotadas, com o conjunto dos professores encarregados da regência da ação docente. Os supervisores encarregam-se de restituir a hegemonia da gestão. Para que a atuação de funções tão decisivas para o futuro da educação retribua as necessidades reais dos sistemas de ensino, a compreensão da natureza da supervisão, atividade coordenadora do trabalho educativo consciente e responsável, é pré-requisito indispensável. A tomada de posição quanto ao conceito de supervisão configura necessidade tanto para os gestores da rede escolar como para o supervisor, porquanto ela constituirá a filosofia, os princípios, os objetivos e as funções do supervisor.

Este desempenha atividades variadas no exercício funcional, com o propósito de conseguir os resultados previstos à medida que eles se viabilizarem. Estas atividades podem ser desenvolvidas de maneira científica, se o supervisor dispuser de sólida formação; ou podem ser desempenhadas apenas com o propósito de dirimir problemas pontuais, se o supervisor desempenha suas funções sem o preparo adequado.

Quando à educação superior, a supervisão educacional pode ser muito útil, fornecendo solução para diversos problemas pedagógicos existentes neste grau da escolarização. Com isso, espera-se que o nível qualitativo da educação superior aprimore cada vez mais, em virtude da ação do supervisor complementar a proficiência dos educadores desse nível. Em suma, para efetiva superação de tais percalços faz-se mister projetar a implementação do Setor de Supervisão na Educação Superior.

Finalmente, o aludido Setor de Supervisão na Educação Superior – SSES precisa funcionar organicamente no seio da própria instituição educativa, contribuindo sobremodo para a tão anelada qualidade educacional. A supervisão deve exorbitar

do papel escolar para se converter em supervisão educacional.

## REFERÊNCIAS

ALNES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O fazer e o pensar dos supervisores e orientadores educacionais**. São Paulo: Loyola, 1994.

ANDRADE, Narcisa Veloso de. **Supervisão em educação**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ARISTON, Eunice; PORTO, Tania Maria Esperon. **Manual de supervisão educacional para o ensino superior: uma abordagem sistêmica**. Porto Alegre: Sagra, 1979.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de novembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CASALS, Clecy dos Santos. **Lições de supervisão escolar**. Rio de Janeiro: Aurora, 1979.

D'ANTOLA, Arlette. **Supervisão e currículo: rumo a uma visão humanista**. São Paulo: Pioneira, 1983.

\_\_\_\_\_; AGUIAR, Ângela da Silva. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** São Paulo: Papyrus, 2002.

GRECO, Milton. **Educação superior para a construção de projetos de vida**. São Paulo: Salesiana, 2002.

GRINSPUN, Mirian Paula S. Zippin. **Supervisão e orientação educacional: perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

LENHARD, Rudolf. **Fundamentos da supervisão escolar**. São Paulo: Pioneira, 1973.

LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. Comentários à Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei 9.394, de 20.12.1996: jurisprudência sobre educação. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1999.

MEDINA, Antonia da Silva. **Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada**. Porto Alegre: PUCRS, 1995.

\_\_\_\_\_. **Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada**. 2. ed. Porto Alegre: AGE, 2002.

MURAMOTO, Helenice Maria Sbrogio. **Supervisão da escola, para quem te quero?: uma proposta aos profissionais da educação na escola pública**. São Paulo: Iglu, 1991.

NÉRICI, Imídeo G. **Introdução à supervisão escolar**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão educacional: a questão política**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

PRZYBYLSKI, Edy. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra, 1976.

RANGEL, Mary. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. São Paulo: Papyrus, 2001.

SILVA JÚNIOR, Celestino Alves da. **Supervisão da educação: do autoritarismo ingênuo à vontade coletiva**. São Paulo: Loyola, 1984.



\_\_\_\_\_; Celestino Alves da; RANGEL, Mary. **Nove olhares sobre a supervisão**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1999.

SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Avaliação 8, 10, 11, 12, 15, 19, 39, 44, 45, 51, 52, 53, 78, 79, 81, 85, 89, 90, 93, 96, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 139, 151, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 204

### C

Cooperação internacional 79, 81, 82, 83, 91

Cuidar 119, 166, 167, 169, 170, 172

Curso de pedagogia 30, 33, 37, 38, 40, 41, 129, 130, 141, 154, 163, 167

### D

Didática 22, 36, 74, 117, 125, 127, 133, 134, 137, 168, 180

### E

Educação a distância 30, 31, 41, 128, 136, 139

Educação básica 31, 41, 42, 52, 66, 68, 76, 125, 128, 130, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 149, 151, 187, 194, 197, 199, 201

Educação estatística 66

Educação infantil 31, 37, 103, 130, 136, 137, 139, 154, 155, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172

Educação superior 31, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 81, 83, 91, 130, 131, 138, 141, 180

Educar 94, 95, 158, 167, 169, 170, 172

Ensino 1, 2, 4, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 65, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 108, 111, 113, 116, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 154, 155, 157, 160, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 188, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 204, 207, 208, 209

Ensino de artes 121

Ensino de química 13, 15, 16, 20, 94, 103, 104

Estágio 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 127, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168, 173, 174, 175, 176, 179

Estágio supervisionado 36, 37, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 163, 165, 167, 173, 174, 175, 176, 179

Estágio supervisionado em docência 163, 173, 174, 175, 176, 179

Estresse 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Experimentação 13, 14, 16, 17, 19, 20, 32, 51, 68, 183, 203

### F

Fazer artístico 121, 125, 126

Formação continuada 138, 140, 161, 181, 182, 183, 185, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 208

Formação de professores 9, 31, 41, 43, 51, 127, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 158, 161, 175, 180, 183, 184, 185, 187, 188, 195, 199, 201, 203, 208, 209

Formação docente 128, 129, 130, 131, 134, 136, 137, 138, 139, 151, 173, 174, 179, 180, 188, 190, 191, 195, 196, 197, 198

Formação inicial 30, 31, 40, 41, 70, 76, 86, 128, 129, 130, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 151, 152, 153, 158, 161, 184, 185, 187, 197

Formação inicial de professores 130, 131, 138, 143, 147

## H

História da formação inicial docente 129

## I

Imigração temporária 79

## L

Letramento probabilístico 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

Ludicidade 94

## M

Matemática 15, 66, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 103, 104, 121, 124, 125, 134, 141, 183, 202, 208

Mediação 97, 98, 121, 125, 126, 151, 167, 186, 203

Memorial de formação 149

Modelos histológicos 21, 22, 23

Música 163, 164, 165, 166, 167, 168

## N

Narrativas 149, 150, 151, 153, 154, 155, 161, 181, 182, 186

Necessidade 2, 42, 48, 49, 54, 64, 66, 79, 82, 91, 98, 113, 125, 135, 137, 138, 151, 156, 168, 169, 171, 173, 176, 177, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202

## P

Pesquisa (auto)biográfica 181

Pesquisa científica 13, 103

Polímeros 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20

Pós-graduação 11, 42, 52, 53, 77, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 103, 104, 105, 128, 149, 151, 169, 174, 175, 180, 185

Práxis 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 46, 49, 51, 143, 147, 148, 197, 200

Práxis educativa 30, 40, 41, 49

Profissionalização 132, 135, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 200

## Q

Quiz 93, 94, 98, 99, 100, 102

## S

Supervisão educacional 42, 43, 46, 47, 50, 52, 53, 54, 55, 56

## T

Tecnologia 52, 60, 65, 77, 83, 84, 93, 113, 121, 123, 124, 125, 126

## U

Universitários 1, 4, 5, 10, 11, 12, 80, 87, 98, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 124, 125, 126

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**